

A escola não é “lugar de barriga”

School is not “place for belly”

Denise Raquel Rohr*

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Maria Simone Vione Schwengber**

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Resumo

A escola pública e a gravidez em jovens alunas são o tema central deste estudo, fruto da dissertação de mestrado *Experiências escolares de meninas-mães da periferia de Ijuí-RS*. Discutimos neste artigo a relação das escolas públicas com as alunas gestantes ou mães, a partir da fala das equipes diretivas acerca das ações que as escolas procuram desenvolver ao se depararem com os temas da sexualidade e da gravidez no seu cotidiano. Procuramos entender os limites e as possibilidades da escola ao defrontar-se com uma aluna gestante e da aluna ao perceber-se como uma gestante na escola. Quanto à escola, parece que é vista como um *não lugar* de barrigas, pois a gravidez de uma jovem aluna aponta para certo estranhamento, mesmo que invisível, entre a gestante e a escola.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Gravidez; Gênero; Escolarização.

Abstract

Public schools and teenage pregnancy are the central subject of this study and they were the focus of the master dissertation *School experiences of mother-girls from the suburbs of Ijuí-RS*. In this paper, the relationship between public schools and pregnant students or teenage mothers are discussed, considering the speech of management teams about the actions tried at schools facing issues of sexuality and pregnancy. It is aimed at understanding the limits and possibilities of the school dealing with pregnancy and the perception of oneself as pregnant student. The school seems to be a non place for bellies, once pregnancy of a young student points to a certain strangeness, even though invisible, between the young mother and the school.

KEYWORDS: Youth; Pregnancy; Gender; Schooling.

Introduzindo a discussão

Falar da gravidez na adolescência implica olhar esse acontecimento de um modo particular: talvez não se trate nem de subversão nem de desejo. Talvez não se possa pensar em acaso, acidente, descuido, ingenuidade. Talvez se possa pensar como um pedido de socorro e/ou amparo ao parceiro, idealização de um futuro melhor por intermédio do filho. Diante dessa complexidade de hipóteses, podemos pensar que as vozes das meninas que engravidaram na adolescência necessitam ser ouvidas, pois muitas falam do desejo de ter um(a) filho(a), acreditando, na maioria das vezes, que essa criança lhes dê o *status* de mãe e que este pode levá-las a uma valorização social, além da promessa de uma relação afetiva duradoura, de ter uma família e um lar.

Destacamos que as expressões gravidez e adolescente/jovem são discutidas e analisadas na literatura numa perspectiva mais psicológica do que educacional (CHECCHIA, 2010). Desse modo, nos instigamos a **compreender** os movimentos de saída e de retorno à escola das jovens-mães, apoiadas em Silva e Vieira (2009), quando é possível indagar: qual é o lugar de uma adolescente grávida na escola? Elas marcam quais diferenças na escola? A presença delas coloca em suspense e questiona os valores *pregados* pela instituição escolar?

A escola é vista como instituição que tradicionalmente adota a padronização de comportamentos, condutas e pensamentos, normatizando e aceitando apenas o que está dentro dessa normalidade (idade/série compatíveis, sexualidade *escondida* ou reprimida, entre outros comportamentos e atitudes esperados dos alunos). Uma aluna gestante na escola, de um modo geral, é considerada, como escutamos na nossa experiência de campo, como uma desviante, desnaturada, anormal, estranha, fora do padrão aceito. Tem-se a impressão que sua presença mexe com a rotina escolar, desestabilizando a normalidade, permitindo, possibilitando ou até mesmo obrigando a abertura de novas discussões e tematizações na escola, como, por exemplo, os temas relacionados à educação **afetiva-sexual**.

A sociedade contemporânea modificou-se, e as mulheres vislumbraram diferentes perspectivas de vida. Isso não impediu e não impede, no entanto, que a cada ano mais jovens pobres engravidem numa idade em que deveriam envolver-se com outras questões. Pesquisas como as de Heilborn (2003), Gontijo e Medeiros (2004) e Rohr e Schwengber (2009) destacam que não é a desinformação que leva à gravidez na adolescência. Estudo realizado em São Paulo, no Hospital de Clínicas (2008), mostra que 92% das adolescentes entrevistadas conheciam pelo menos um método contraceptivo. Dessas, apenas 25% planejaram a gestação, e muitas abandonaram o método contraceptivo que usavam com o intuito declarado de engravidar. É importante destacar que os métodos contraceptivos transformaram a maternidade em uma decisão a ser tomada voluntariamente¹.

Brandão (2006) observa que entre os grupos sociais mais favorecidos há certo prolongamento da juventude, bem como o aumento do tempo de estudo, a aquisição tardia de autonomia econômica/material e até mesmo índices menores de gravidez na adolescência. Já nas classes populares, como destaca Heilborn (2003), a

juventude tende a ser mais breve, com interrupções precoces nos estudos pela inserção (ainda que precária) no mercado de trabalho, pelas más condições materiais e, muitas vezes, por acontecimentos como a gravidez.

Dados do Inep (AGÊNCIA BRASIL, 2011, p. 1) indicam que, do total de jovens fora da escola e do mercado de trabalho, 1,2 milhão concluiu o ensino médio, mas não seguiu para o ensino superior e não está empregado. A proporção de jovens nessa situação aumentou de 2001 a 2008, e quase 75% são mulheres. Para o Ipea (AGÊNCIA BRASIL, 2011), este estudo do Inep reflete a desigualdade de gênero que ainda persiste no mercado de trabalho e nas relações familiares, assinalando a existência de uma relação forte entre a saída da escola e do mercado de trabalho com o casamento e a maternidade.

Na próxima seção, destacamos a relação das escolas públicas com as alunas gestantes ou mães, a partir da fala das equipes diretivas acerca das ações que as instituições procuram desenvolver ao se depararem com os temas da sexualidade e da gravidez no seu cotidiano. Além disso, procuramos entender os limites da escola ao defrontar-se com uma aluna gestante e os limites da aluna ao perceber-se como uma gestante na escola.

O campo de estudo

Sabe-se que a escola se constitui hoje como um dos espaços de construção e de trocas de conhecimento, informações, ideias e socialização. Notam-se, também, as limitações dessa instituição em *dar conta*, dentro do currículo, não somente dos conteúdos de cada disciplina, mas, sobretudo, de temas emergentes entre os jovens, como a sexualidade, a gravidez, as drogas, entre outros, que são os chamados Temas Transversais, descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1997).

Esta pesquisa² caracterizou-se como estudo de campo com viés etnográfico e composição narrativa de histórias de vida. Para Gil (2002), o estudo de campo realiza-se através de observações diretas no campo de estudo, além de várias entrevistas com o grupo estudado – aqui, com as jovens-mães e com a equipe diretiva das escolas. Nesse sentido, a centralidade deste estudo baseou-se na escuta e re-construção de narrativas biográficas das jovens-mães, mostrando suas trajetórias afetivo-sexuais, familiares e, principalmente, educacionais, no sentido de compreender como as jovens enfrentam os movimentos escolares.

No dia da entrevista as jovens eram colocadas a par dos objetivos da pesquisa, e eram consultadas sobre as suas disponibilidades para participarem do estudo, e só após a sua concordância é que o termo de consentimento livre e esclarecido era assinado por elas, quando da sua maioridade, ou por seu responsável (mãe, companheiro, sogra), quando da sua menoridade. Afim de não expor suas verdadeiras identidades, elas próprias escolheram seus nomes fictícios.

Nosso campo de pesquisa foi Escolas da periferia de Ijuí-RS³. Buscamos compreender algumas ações que desenvolvem em relação à sexualidade e à gravidez das jovens. São duas escolas públicas, porém com dois contextos diferentes. Uma pertence à rede pública municipal, e a outra faz parte da rede pública estadual.

Quanto à frequência de alunas gestantes ou que já possuem filhos na escola municipal em 2010, houve duas alunas grávidas, de um total de aproximadamente 45 alunas com idades entre 13 e 15 anos. Uma delas solicitou transferência de escola, inclusive para outro município; a outra deixou de frequentar as aulas, mas os professores, em um trabalho conjunto, decidiram encaminhar atividades a distância para que ela não perdesse o ano letivo. Antes do final do ano, a aluna transferiu-se para a escola estadual. Em 2011, outra aluna engravidou e também solicitou a transferência da escola. Conforme entrevista realizada com o diretor, nesse estabelecimento de ensino não há **nenhum projeto educativo relacionado a uma educação afetiva-sexual** e nenhum projeto específico que direcione ações no sentido de conscientizar os alunos em relação à gravidez e às doenças sexualmente transmissíveis. Esses temas são tratados na disciplina de Ciências, quando é abordado o conteúdo dos sistemas reprodutivos (masculino e feminino), mais especificamente na sétima série. No ano de 2010, por iniciativa da professora de Educação Física, juntamente com a professora de Ciências, foi realizada uma palestra sobre o assunto com um profissional da área da saúde (médico) para os alunos das sétimas e oitavas séries e para aqueles de séries anteriores, “que já despertaram para a sexualidade”, conforme afirma a equipe diretiva. Atividades como essas são realizadas esporádica e isoladamente, não havendo uma integração das demais disciplinas do currículo.

Na escola estadual, segundo a diretora, todos os anos há casos de adolescentes e jovens gestantes, e a escola não encaminha trabalhos a distância, mas tenta reintegrar novamente às aulas, aquela jovem que se afastou. De acordo com a diretora da escola, “essas tentativas de reintegração são realizadas a partir de telefonemas, conversas e até mesmo visitas à jovem e a sua família, com o intuito de convencê-los de que a jovem, mesmo grávida, não abandone os estudos”. A escola ainda procura efetivar ações que conscientizem todos os alunos quanto à sexualidade e à prevenção, trabalhando o assunto de forma interdisciplinar, mediante conversas, palestras com profissionais da saúde, filmes e visitas a laboratórios. Em anos anteriores, a escola, por iniciativa do projeto Educação de Jovens e Adultos (EJA), em parceria com o curso de Enfermagem da Unijuí, ofereceu para esses alunos cursinho de babá, pós-parto e cursinho para jovens mães. De acordo com a equipe diretiva, foi realizada uma única edição do curso, e a procura dos/as jovens foi grande. Em 2011, foi efetuada a matrícula de uma aluna gestante, mas ela não frequentou nenhuma aula. Em virtude disso, a escola tentou chamar a mãe e a aluna para conversar, por várias vezes, para que ela retomasse os estudos. Como essa iniciativa não resolveu o problema do abandono escolar por parte da aluna, a providência tomada pela escola foi encaminhar a Ficha Fica⁴ via Conselho Tutelar, Secretaria Estadual de Educação e Ministério Público.

A escola e “as barrigas”: relações possíveis?

De acordo com as entrevistas realizadas com as direções das duas escolas, os dados mostram que as escolas estudadas não possuem um projeto que trabalhe com a educação **afetiva-sexual**. Conforme o diretor da escola municipal, “o que acontece, são ações isoladas dentro de uma ou duas disciplinas, por iniciativa de um ou dois professores e não do grupo escolar”. As direções destacam que há projetos globais que

trabalham com a leitura, com a escrita, mas não com outras questões, como a sexualidade, que também estão presentes no cotidiano da escola.

Nesse sentido, as direções evidenciam em suas **narrativas discursivas** que as escolas têm certo receio em discutir temas como a sexualidade e a gravidez na juventude, uma vez que, conforme o diretor da escola municipal, “alguns pais poderiam incitar que a escola está incentivando os alunos a terem uma vida sexual ativa ao ensinarem como se usa um preservativo, por exemplo”. Sendo professora de uma das escolas pesquisadas, uma das pesquisadoras percebe que muitos pais não têm abertura e franqueza com seus filhos para falar sobre assuntos **da ordem afetiva-sexual**, como a sexualidade. Isso se reflete diretamente nas aulas de Educação Física, nas quais as alunas procuram a professora para conversar sobre gravidez, menstruação, relações sexuais, lhe contam suas experiências e fazem perguntas.

Assim, as direções das escolas admitem que é preciso ampliar a formação continuada dos professores com temas emergentes como esses de sexualidade, gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. A diretora da escola estadual complementa: “precisamos ampliar a discussão dessas temáticas no ambiente escolar, com os alunos e professores, e pensar a possibilidade de incluir a educação sexual na grade curricular, e não apenas fazer ações e discussões isoladas”.

Constatamos, ainda, nas visitas realizadas nas duas instituições, que não há materiais de conscientização expostos nos murais, como cartazes, panfletos informativos, imagens. Se esses temas são trabalhados em disciplinas específicas, ficam entre as paredes das salas de aula. Mesmo com essas dificuldades das instituições, percebemos que as jovens têm conhecimento sobre os métodos contraceptivos. Elas obtêm essas informações com o grupo de pares, irmãs, primas e tias mais velhas, mães e nos postos de saúde do município, onde recebem o contraceptivo gratuitamente (pílula e preservativo).

Registramos aqui os investimentos de um conjunto de políticas públicas de re-orientação da temática da sexualidade e da saúde reprodutiva dos jovens/adolescentes desencadeadas no Brasil, sobretudo, a partir da última década do século XX e da Criação do Sistema Único da Saúde (SUS). A saúde sexual e a saúde reprodutiva é uma das três linhas prioritárias de ação no Brasil. Embora ainda se perceba que há muito a se fazer principalmente no que diz respeito à faixa dos 10 aos 14 anos. Há uma variedade de Políticas e Programas, além de Cartilhas Nacionais que se articulam com Estados e municípios, visando fortalecer as estratégias intersetoriais entre as áreas da educação, saúde, assistência social (CRAS, creches e abrigos), direito (Conselhos Tutelares, CMDCA, Poder Judiciário e Ministério Público), cultura e esportes voltadas para a promoção da saúde sexual e saúde adolescentes. Pode se dizer que há todo um movimento para que serviços de saúde voltados para os jovens/adolescentes sejam amigáveis, ágeis, e que respondam às reais necessidades e demandas e que tenham a perspectiva de gênero como uma de suas diretrizes prioritárias.

Destacamos que a temática da Orientação Sexual, Corpo – Matriz da sexualidade, Relações de Gênero e Prevenção às DST/Aids, são temas assumidos pelo

Ministério da Educação a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) – tornam-se temas transversais, ou seja, passíveis de serem abordados em todas as disciplinas. E que ainda, em 2003 foi criada uma parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e agências das Nações Unidas – Unfpa, Unesco e Unicef –, que objetiva desenvolver o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas – SPE. A proposta articula ações conjuntas (estaduais e municipais) entre os setores da saúde e da educação e a disponibilização de preservativos nas escolas, combinadas com atividades educativas sobre temas tais como: sexualidade, aborto, a relação entre drogas e as DST/Aids e a diversidade sexual. O Programa Saúde na Escola – PSE é uma proposta de ação inter-setorial dos Ministérios da Saúde e da Educação, com o objetivo de promover atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico público.

Entretanto, na prática ainda existem uma série de entraves para que essa participação aconteça nos espaços da educação escolar. Um deles, por exemplo, é que muitos profissionais ainda percebem os adolescentes e os jovens como pessoas ‘em formação’, que necessitam de orientação e tutela, e que não têm maturidade suficiente para exercer plenamente seus direitos sexuais e reprodutivos. Isso faz com que as informações e o acesso aos materiais pedagógicos de prevenção sejam dificultados no contexto das escolas, deixando os alunos mais expostos a agravos.

Outro elemento importante é que a gravidez na adolescência, em grande parte das escolas brasileiras, tem sido vista e tratada, como vimos na nossa pesquisa, como uma questão mais vinculada ao universo feminino do que ao masculino. Parece que o menino (os *guris*⁵) é uma figura com pouca presença e com pouco poder de inclusão nos debates escolares. Entendemos que exista aqui um universo educativo a ser construído, a partir de uma discussão sociocultural de gênero. Observamos nas raras situações desse tema que a saúde reprodutiva, a discussão e a utilização de métodos preservativos residem muito mais como uma responsabilidade das meninas do que dos meninos. Reconhecemos que há uma variedade maior de métodos anticonceptivos disponíveis para as meninas, mas isso não justifica o esforço do envolvimento nas orientações de preservação dos meninos. Pois os meninos tanto quanto as meninas são partícipes na contracepção.

Percebemos a escola como um lugar privilegiado para mudar comportamentos arraigados, que atribuem as mulheres todas às responsabilidades pela contracepção e pelo número de filhos que possam ter. Desse modo destacamos a importância de um investimento maior, no contexto escolar, em propostas que tematizem as relações de gênero desde a infância até a adolescência, abrangendo também os meninos nessas discussões, visto que a saúde afetiva-sexual e reprodutiva diz respeito a ambos. Entendemos que neste século o conceito de gênero comece definitivamente a fazer parte da educação escolar brasileira.

É possível perceber que, mesmo com ações isoladas, as escolas estudadas mostram que se preocupam principalmente com suas alunas, na medida em que apresentam algumas propostas de discussões quanto aos métodos contraceptivos, à gravidez na juventude, às doenças sexualmente transmissíveis, às drogas, à sexualidade, entre outros temas de interesses dos jovens, mesmo que sejam limitadas a uma ou

duas disciplinas e não abranjam todos os alunos adolescentes e jovens, conforme o depoimento das direções.

Quando as jovens deixam de frequentar a escola, esta tenta, de várias formas, trazê-las novamente para as aulas. A instituição entra em contato com a família (pai, mãe ou responsável e, em alguns casos, o companheiro), chama-os para conversar e coloca-os a par da situação da jovem, fazendo um chamamento para que ela não abandone os estudos. Se com isso a jovem não retornar às aulas, a escola encaminha a Ficha Ficaí via Conselho Tutelar do município e este, se não conseguir trazer a jovem para a escola, tenta via promotoria pública. Isso, no entanto, é um processo bastante lento. Na maioria das vezes o Conselho Tutelar demora para dar uma resposta à escola, conforme destaca o diretor da escola municipal: “temos encaminhamentos no Conselho Tutelar de alunos que deixam de vir para a escola que já passam de dois, três e até quatro meses, e ainda não recebemos nenhuma resposta. Esse processo lento também dificulta as ações da escola em reintegrar esses alunos novamente às turmas”.

Uma barriga presente no ambiente escolar mexe com a rotina da instituição, além de mostrar para todos uma sexualidade que antes era escondida e, agora, publicada na concretude da sua barriga. Talvez se possa pensar que a transitoriedade dessas jovens, ao trocarem de escola quando do acontecimento da gravidez, é uma tentativa de permanecer no anonimato – enquanto a barriga não crescer, enquanto a barriga não mostrar que a jovem é sexualmente ativa. Algumas jovens até retornam para a escola, por insistência da equipe diretiva ou do Conselho Tutelar, via Ficha Ficaí. Poder-se-ia dizer que essa mobilidade escolar ocorre porque elas “não sentem a escola como sua”, como afirma Matos (2003, p. 28).

Para ilustrar esse argumento, apresentamos fragmentos da narrativa de Rosângela, uma das jovens mães estudadas. Evidenciamos que as trajetórias escolares da sua família refletem processos de escolarização precários. Além disso, a desistência da jovem da escola parece mostrar que ela sentiria vergonha em estar grávida; vergonha em mostrar que é ativa sexualmente. Então, como salienta Catharino (2008), é difícil afirmar se as jovens não estudam porque engravidam ou se engravidam porque não querem mais estudar. A jovem relata:

Na minha família ninguém é estudado. A mãe estudou até a quinta série. Não fui mais para a escola porque a barriga ia crescer e, mais tarde, todo mundo ia ver que eu estava grávida com essa idade. (ROSÂNGELA).

Analisando o excerto anterior, pode-se destacar que a escola não é lugar de “uma barriga transitar”, como relata a jovem. Essa situação do não mais ir ao colégio evidencia, também, a transitoriedade de Rosângela entre os dois educandários pesquisados. Ao descobrir-se grávida, ela muda de escola para permanecer uma espécie de gestante anônima: escola diferente, pessoas diferentes, ninguém saberia da sua história. Rosângela relata:

Logo que eu engravidei, eu mudei de escola, vim estudar na escola municipal. Ninguém me conhecia muito, não tinha amigos, então não falavam muita coisa, até porque a barriga não aparecia. Mas se

fosse lá no outro colégio onde eu estudava, ia ser diferente; todo mundo ia começar a dar risada de mim, porque eu não me cuidei, estraguei a vida. (ROSÂNGELA).

Na nova escola (municipal), ao que parece, não demorou muito para surgirem os comentários acerca da gravidez de Rosângela. Logo ela parou de frequentar as aulas e entrou em acordo com os professores para realizar seus trabalhos a distância. Assim que terminou o ano letivo, ela voltou à escola para apenas “pegar a transferência”, como um mecanismo de permanecer no anonimato por mais algum tempo. E complementa:

Então, com dois meses de gravidez, parei de ir nas aulas. A escola veio atrás, os professores me mandavam trabalhos para fazer em casa para que eu não perdesse o ano. Mas como eu não sabia nada, dei para uma amiga fazer e entregar lá na escola.

No início do ano 2011, troquei novamente de escola. Voltei para a escola estadual. Pedi o atestado de vaga e me deram vaga para a sétima série, porque eu não sabia que tinha passado de ano. E aí fui na escola municipal pegar a transferência de fato, e a secretária me falou que eu tinha passado. Na hora levei um choque; pensei “ainda bem”, e me matriculei na escola estadual na 8ª série, mas nunca fui na aula. A diretora me disse que enquanto eu pudesse ir no colégio era para mim ir, mas depois que eu não pudesse mais, não precisava. Só que eu não fui nenhum dia. A diretora ficou bem feliz em me ver de volta na escola, porque estudei lá desde pequena, ela conhecia toda a minha história, me incentivou a estudar, a não parar. Só que como eu não fui na aula, e ninguém veio me procurar para dar trabalho, nada. (ROSÂNGELA).

Rosângela, de certa forma, denuncia aqui o discurso contraditório da escola estadual. Enquanto a escola afirma que faz diversas tentativas de trazer as jovens mães de volta, a jovem afirma que a escola não a procurou para que voltasse a frequentar as aulas, para que não desistisse dos estudos, muito menos para lhe oferecer trabalhos a distância. De certa forma, isso implica questões muito mais amplas do que o simples contato da escola com a jovem. Nos excertos anteriores, fica evidente o descrédito da escola no imaginário de Rosângela, ao passar os trabalhos para outra colega fazer e entregá-los na escola e ao ficar surpresa quando soube que tinha passado para a 8ª série, “sem saber nada”.

Na escola municipal, Rosângela frequentou as aulas por pouco tempo. Em virtude disso, ficou difícil para a escola elaborar um parecer sobre a jovem; apenas foram corrigidos as provas e os trabalhos retornados por ela e “foi passada de ano”, como ela mesma afirmou. Na escola estadual na qual estudava antes, a diretora destacou que Rosângela era uma aluna média, frequentava as aulas, fazia as tarefas escolares, mas nas notas sempre ficava na média (50 pontos).

Mesmo buscando outras saídas, as jovens atribuem certa importância para a escola, como se observa na narrativa de Pâmela, uma jovem que engravidou e saiu da escola: “parar de estudar foi um erro. Espero que meu filho não o cometa na sua vida”. Percebem a escola como uma preparação para o futuro, “agarram-se à esperança” de emprego e sucesso na vida pela escolarização (MATOS, 2003, p. 73), mas não retomam os estudos quando saem da escola por causa da gravidez.

Apesar de deixarem de frequentar a escola quando se descobrem grávidas, as jovens alimentam o sonho de um dia retomar os estudos: “quando o filho crescer, quando eu puder deixá-lo na creche”, como afirmam as três jovens. Percebe-se, nisso tudo, todavia, a distância entre o desejo de retomar os estudos e a real permanência na escola quando do retorno a ela, conforme afirma Matos. Para a autora,

[...] ainda está acontecendo a incorporação da escola como valor pelas famílias pobres, que em geral vivenciam o acesso à escola parcialmente, por intermédio dos próprios filhos. [...] Esta é uma experiência frágil, pois mesmo com a sinalização do mercado de trabalho sobre a importância da escola, falta intimidade entre os pais e esta instituição. (ibidem, p. 80).

Nessa perspectiva, Leão (2006) chama a atenção para o valor atribuído à educação por jovens que passam por uma experiência como a gravidez. O autor defende que “esse valor depende do que se pode antecipar em termos de riscos e benefícios [que serão alcançados com a escolarização] tendo em vista a trajetória escolar e profissional dos que estão próximos” (p. 34).

É preciso compreender, entretanto, as narrativas de jovens mães pobres nas suas singularidades, pois, apesar de todas as dificuldades por elas enfrentadas, das desigualdades sociais e culturais vividas em seus meios, elas são jovens ativas que elaboram e constroem um modo particular de se relacionar com o universo escolar, conforme destaca Leão (ibidem). Neste momento, parece pertinente questionar:

O que têm essas jovens de comum entre elas, além da pobreza que as leva a atribuir tão frágil valor à escolaridade? O que há de comum entre elas, além da pobreza, que funciona como aspecto distintivo de seus grupos in-formais quando comparados a grupos informais de jovens urbanos pertencentes a outros níveis de classe? (GOMES, 1997, p. 56).

Um ensaio para essas respostas é apresentado por Leão (2006), quando afirma que a resposta pode estar na história familiar de escolarização precária e incompleta. Em outras palavras,

[...] a resistência à escola [e talvez a desistência em função da gravidez] e o baixo valor atribuído à educação pelos jovens é uma questão de não familiaridade com a cultura escolar em decorrência de a história familiar de escolarização ser ainda recente e incompleta. (ibidem, p. 35).

Esses argumentos não parecem definitivos, uma vez que, no caso das jovens pesquisadas, elas e suas famílias não aparentam desvalorizar a escola. Os motivos podem ser os mais variados: a exigência cada vez maior do mercado de trabalho ou porque a educação é um valor em si, como afirma Leão (ibidem). Mesmo apenas uma das jovens tendo concluído o ensino fundamental e ingressado em cursos de aperfeiçoamento profissional, todas desejam que seus filhos um dia estudem e trabalhem, como elas dizem: “quero que meu filho se dê bem na vida”.

Assim, apesar da baixa escolaridade de seus pais e das próprias jovens, a escolarização dos filhos permanece como um valor (ibidem), pois, conforme as narra-

tivas, há uma aspiração e uma expectativa de ir além do que os pais conquistaram; há o desejo de poder oferecer aos filhos uma vida melhor que a vida que elas têm, indireta e implicitamente, através da escolarização. Nesse sentido, as jovens só investirão tempo e esforços na sua escolarização na medida em que aparecerão benefícios que elas pretendem obter em termos de mobilidade social, como destaca Leão. A escola, como instituição pública, tem a obrigação de receber essas alunas-mães e oferecer a elas um suporte mínimo para que retomem sua vida escolar e almejem um futuro melhor; que se construam em cima de seus sonhos de “dar ao filho tudo o que eu não tive”, como afirmam.

Nesse sentido, a decisão entre continuar ou parar os estudos e a disposição para retomá-los, em função da gravidez, depende de inúmeros fatores que as próprias jovens colocam diante da possibilidade de voltar para a escola. Fatores como os cuidados com o filho, o ingresso no mercado de trabalho para auxiliar nas despesas da casa ou o ciúme do companheiro apareceram nos depoimentos.

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), publicado em 2011 (ZERO HORA, 2011), mostra a situação dos adolescentes e jovens brasileiros no período de 2004 a 2009. O documento destaca problemas atuais dessa população, como maior incidência da pobreza, risco de morte violenta, privação da convivência familiar e comunitária e outras situações que podem influenciar negativamente o futuro, como a gravidez na adolescência, a exploração sexual, o uso de drogas, o contágio com doenças sexualmente transmissíveis e a baixa escolaridade. Ainda conforme o relatório, de cada 10 adolescentes entre 15 e 17 anos, dois estão fora da escola; metade dos que frequentam as aulas estão no ensino fundamental quando já deveriam estar no ensino médio; a escolaridade média na faixa etária é de 7,3 anos, quando deveria ser superior aos nove anos de estudo. Esses dados também podem ser verificados nos processos de escolarização das jovens estudadas.

Para as jovens mães, o retorno para a escola após a gestação parece transformar-se em um modo de estabelecer um vínculo social mais forte que o familiar, no qual, pela educação, teriam a possibilidade de, talvez, garantirem o futuro dos filhos e, como elas afirmam em suas narrativas, “voltar a estudar para poder dar ao meu filho tudo o que eu não tive”. Muitas vezes, essas meninas abandonam a escola, mas não o projeto de retornar a ela, pois sabem que só é possível uma mudança nas suas vidas e “dar tudo o que o filho pedir” se voltarem a estudar, se profissionalizar e se inserir no mercado de trabalho.

Para Catharino (2008, p. 64-65), a gravidez na adolescência pode constituir-se, em muitos casos, “numa denúncia, num grito de socorro, que aponta para uma situação de abandono social [...] lacuna que é preenchida, em partes, pelas redes de sociabilidades primárias [e assistenciais]”. A família, os vizinhos, o bairro, o grupo comunitário consistem nas redes de sociabilidades primárias. Já as redes assistenciais referem-se aos serviços especializados, como postos de saúde e hospitais, “que se constituem, historicamente, como uma resposta a uma maior complexidade das sociedades e também a um certo ‘afrouxamento’ dos laços de sociabilidade primária” (ibidem, p. 65).

Novaes (2006, p. 107) ressalta que “a escola é vista como um bom lugar para se fazer amigos e integrante de uma sociabilidade que caracteriza a condição juvenil. Parece que estar prematuramente fora da escola é mais uma das marcas de exclusão social [dessas jovens]”. Então, a baixa escolarização das jovens mães pesquisadas passa a ser mais um motivo para elas serem excluídas socialmente, principalmente na vida social e no mercado de trabalho. Nesse sentido, a experiência de escolarização disponível para crianças e jovens em situação de pobreza permite-nos pensar/demarcado um ponto de partida, “mas não oferece garantias que se estabelecerá um ponto de chegada” nas iniciativas empreendidas na sua vida a partir da escola, conforme Freitas e Silva (2005, p. 65).

Para continuar refletindo

Srougi (2012, p. 1) destaca que “a escolaridade materna tem mais influência do que a paterna na sobrevivência e no sucesso dos filhos, e, é neles que elas investem os recursos que têm”. Em outras palavras, filhos de mães mais escolarizadas que os pais têm maiores chances de se escolarizar e melhorar as suas condições de vida e talvez saírem da pobreza. O autor pontua também que, conforme dados da Organização Mundial da Saúde, “as taxas de filhos escolarizados são 40% maiores quando a mãe é escolarizada, em contraposição ao pai alfabetizado” (ibidem, p. 1). Esses são apenas alguns exemplos que demonstram que “eliminar as desigualdades de gênero é essencial para promover a prosperidade de uma nação”, como afirma Srougi (ibidem, p. 1).

O levantamento do IBGE (2009) destaca que a atual geração de crianças e jovens pobres está superando a trajetória escolar de seus pais, mas também confirma a baixa escolaridade de boa parte da população pobre adulta. Há um indicador lento de que a melhoria da escolarização se dá quanto mais recente é o ano no qual o sujeito nasceu, pois maiores serão as chances de completar o ensino médio. O aumento dos anos de estudo gera um movimento positivo que parece causar maior impacto nas próximas gerações. O investimento em educação tem se dito investimento que quase nunca retroage, pois hoje é cada vez mais difícil encontrar, mesmo nas famílias pobres, alguém que admita que o filho tenha uma escolarização menor que a de seus pais.

A escola, como instituição social, delimita espaços e, de certo modo, lugares sociais. A partir de símbolos, códigos e normas, ela institui o que cada um pode ou não fazer, como afirma Louro (2008, p. 58): “ela separa e institui”. Separa os pequenos dos grandes, os meninos das meninas e, aqui, de certo modo, separa as jovens gestantes dos demais alunos, quando oferece a elas a possibilidade de ficarem em casa, realizarem trabalhos e provas a distância. Arroyo (2000, p. 23) afirma que:

[...] a escola é uma experiência humana plural, onde os mestres têm de dar conta de pessoas, que não estão unicamente em permanente estado de relação com suas mudanças, mas que se relacionam, convivem entre iguais e diversos, sentem, fantasiam, valorizam, se expressam na totalidade de sua condição humana.

A escola, ao romper o vínculo com as jovens evadidas ou transferidas, de certo modo, passa a responsabilidade ou o *problema* para outra escola. Quando, entre-

tanto, as jovens ainda são alunas e deixam de frequentar as aulas, as equipes diretivas buscam todas as alternativas para que elas retornem à escola e não abandonem os estudos, e oferecem oportunidades como trabalhos a distância. A dúvida que fica é se essas tentativas das escolas são válidas e de que maneira as jovens aproveitam essas alternativas, ou ainda, em quais condições e com que qualidade ocorre o seu processo de aprendizagem fora do ambiente escolar.

Esse tema está longe do fim. E não é para menos, pois apesar de tantas mudanças sociais ocorridas nessa segunda década do século XXI, ainda uma se matem na socialização de qualquer menina, de que a maternidade (ou a barriga) é uma experiência para ser vivida no futuro.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres são maioria entre jovens fora da escola e do mercado de trabalho**. 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/vestibular-e-concursos/noticias/mulheres-sao-maioria-entre-jovens-fora-da-escola-e-do-mercado-de-trabalho-20110202.html>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRANDÃO, E. R. Gravidez na adolescência nas camadas médias: um olhar alternativo. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 79-91.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC; SEF, 1997.

CATHARINO, T. R. **Da gestão dos riscos à invenção do futuro: um outro olhar sobre a gravidez na adolescência**. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.

CHECCHIA, A. K. A. **Adolescência e escolarização: numa perspectiva crítica em psicologia escolar**. Campinas: Alínea, 2010.

FREITAS, M. C. de; SILVA, A. P. F. da. Escolarização, pobreza e socialização na infância e na juventude: uma proposta de plataforma de pesquisa interdisciplinar para a educação. **Revista EccoS**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 57-86, jun. 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/715/71570104.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2011.

FUTURO em jogo: Unicef traça radiografia da adolescência brasileira. Zero Hora, 1º dez. 2011, p. 44. Geral.

GIL, A. C. Como delinear um estudo de caso? In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. p. 137-142.

GOMES, J. V. Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5-6, mai./ago. 1997, set./ dez. 1997. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n05-06/n05-06a06.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

GONTIJO, D. T.; MEDEIROS, M. Gravidez/maternidade e adolescentes em situação de risco social e pessoal: algumas considerações. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 6, n. 3, p. 394-399, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/830/972>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

HEILBORN, M. L. Estranha no ninho: geração, tempo e sexualidade. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Orgs.). **Pesquisa urbana: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

HOSPITAL DE CLÍNICAS. **Gravidez na adolescência**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.unimedcuritiba.com.br/wps/wcm/connect/portal/portal/sua-saude/qualidade_de_vida/materno_infantil/54f6b70042b29571a4b0fc9c23d7f4b>. Acesso em: 20 mar. 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Brasília: IBGE, 2010. n. 27. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2012.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009. Brasília: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009>>. Acesso em: 7 abr. 2011.

LEÃO, G. M. P. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022006000100003&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 out. 2009.

MARINA, J. A. **O quebra-cabeça da sexualidade**. Rio de Janeiro: Guarda-chuva, 2008.

MATOS, K. S. L. de. **Juventude, professores e escola: possibilidades de encontros**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

NOVAES, R. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 105-120.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Rio Grande do Sul. **Manual Ficai**. 2006. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/manualficai.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2011.

ROHR, D. R.; SCHWENGBER, M. S. V. Juventudes e maternidades: sexualidade e escolarização na vida das meninas mães. In: Seminário corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente, 4., 2009, Rio Grande, RS. **Anais...** Rio Grande: FURG, 2009.

Notas

¹ Para Marina (2008), as meninas de hoje, quando chegam à adolescência, são expostas, via meios de comunicação de massa, a uma cultura mais informativa, porém, ao mesmo tempo, mais sexualizada e apelativa.

² Conforme Protocolo de Pesquisa n. 0136/2010 de 09/11/2010, aprovado pelo Comitê de Ética em 11/3/2011. Instituição Responsável: Unijuí / Departamento de Pedagogia. Área do Conhecimento: Ciências Humanas – Educação. Avaliação do Protocolo de Pesquisa, segundo orientações da Resolução CNS n. 196/1996.

³ Ijuí organiza-se, como todas as cidades, em zona rural e urbana, e contabiliza uma população estimada em 79.160 habitantes, de acordo com o censo do IBGE (2010). Situada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, a cidade possui uma extensão territorial urbana de 689,136 km², dividida em 36 bairros, mais o centro.

⁴ Conforme o Manual Ficai (RIO GRANDE DO SUL, 2006, p. 3), a Ficha Ficai é a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente, “implantada primeiramente em Porto Alegre-RS, em 1997, através de articulações entre o Ministério Público, Secretarias Estadual e Municipal de Educação e Conselhos Tutelares. Posteriormente, foi introduzida no interior do Estado do RS. Hoje é utilizada em todo o Brasil”. Dessa forma, “seu objetivo é a verificação e acompanhamento da infrequência escolar de alunos entre 7 a 18 anos incompletos, e resgatar o aluno para a escola, atendendo o disposto no artigo 56, inciso II do ECA, Lei

Denise Raquel Rohr – Maria Simone Vione Schwengber

Federal n. 8069-90. A Ficha Ficai deve ser encaminhada após a escola ter realizado diversos movimentos para que o aluno retorne regularmente a frequentar as aulas, após contato e comprometimento da família do mesmo, sem êxito” (p. 11).

⁵ Como nomeamos aqui no Rio grande do Sul.

* Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

** Professora doutora da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil.

Correspondência

Denise Raquel Rohr – Prefeitura Municipal de Ijuí, Secretaria Mun. de Educação – Escola Municipal Fundamental Anita Garibaldi. Rua Barão do Rio Branco, Glória, CEP: 98700-000 – Ijuí, Rio Grande do Sul – Brasil

E-mail: deniseraquelrohr@yahoo.com.br – simone@unijui.edu.br

Recebido em 17 de abril de 2014

Aprovado em 05 de setembro de 2014